

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

O Governo divulgou no final do mês de janeiro que, no âmbito do Sistema de Informação Cadastral Simplificada dos prédios rústicos, se encontram realizados 4.296 processos de representação gráfica georreferenciada, correspondendo a um total de 4.386 matrizes. Anunciou ainda existirem cerca de 7.100 pedidos de agendamento pelos proprietários, estimando corresponderem a cerca de 16.000 prédios.

Estes dados foram justificados com as medidas excepcionais tomadas pelo Ministério da Justiça de afectação de meios aos serviços registrais, designadamente às conservatórias do registo predial, para este fim.

É conhecido que o projeto-piloto do Sistema de Informação Cadastral Simplificada estende-se por uma área de 245.821 hectares, em 10 concelhos (Pedrógão Grande, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Góis, Pampilhosa da Serra, Penela, Sertã, Caminha, Alfândega da Fé e Proença-a-Nova), tendo tido o seu início em Novembro de 2017 e estendendo-se nesta primeira fase até 30 de Outubro de 2018.

Passando quase 4 meses desde o início do referido processo, é relevante conhecer as medidas tomadas para este efeito e saber qual a avaliação que o Governo faz do trabalho entretanto realizado e das suas perspectivas de desenvolvimento.

Assim, ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, solicito através de Vexa. ao Ministério da Justiça os seguintes esclarecimentos:

1- Que medidas, em concreto, foram tomadas pelo Governo no âmbito da realização do Sistema de Informação Cadastral Simplificada dos prédios rústicos?

2- Houve afectação excepcional de meios aos serviços registrais para este efeito? Quais e em

que termos?

3- Qual o ponto de situação atualizado em relação ao número de processos realizados e ao número de prédios envolvidos?

4- Qual a área abrangida pelos prédios registados e qual a diferença face aos registos inicialmente existentes?

5- Têm sido utilizados os elementos disponíveis na informação georreferenciada detida por outros ministérios, nomeadamente pelos Ministérios do Ambiente e da Agricultura? Se não, porquê? Se sim, em que termos?

6- Como prevê o Governo desenvolver o processo e que perspectivas tem relativamente à conclusão da primeira fase?

7- Vão ser tomadas medidas de reforço de investimento e afetação de recursos? Quais, com que calendário e em que termos?

Palácio de São Bento, 7 de março de 2018

Deputado(a)s

JOÃO OLIVEIRA(PCP)

ANTÓNIO FILIPE(PCP)

JOÃO DIAS(PCP)